



NOVAS IDÉIAS SOBRE A PROJEÇÃO DO PODER

Raymundo Sant'Anna Rocha

DOCTRINA: ESTÁTICA OU DINÂMICA?

Alerta-nos o Alte Caminha¹ para o perigo da rotulagem doutrinária de procedimentos, num ambiente em que a incerteza transita, como o campo militar, seja ele a nível estratégico, tático ou técnico. A imposição de procedimentos dogmáticos pode levar-nos à estagnação de idéias, quando precisamos evitar o imobilismo e excessiva confiança naquilo que é mutável e incerto. Contudo, sabemos que no nível tático é possível realizar alguma formulação doutrinária quantitativa, baseada em elementos repetitivos pois, nesse nível, as variáveis envolvidas são em menor número e

de mais simples tratamento. Porém, se em um simples jogo de xadrez, limitado no espaço e na movimentação padronizada das peças, nenhum mestre repete em dois jogos os mesmos movimentos, não será no ambiente de solução de problemas militares que deveremos nos restringir a procedimentos únicos e permanentes. Assim, a eleição de normas doutrinárias pode e deve ser adotada em problemas repetitivos quando sua aplicação facilita a compreensão e a coordenação de ações pela padronização, sem amarrar a liberdade criativa que poderá dar origem ao surgimento de melhores idéias. A doutrina deve, sim, servir como farol orientador, facilitador de coordenação, balizador de problemas; jamais como barreira intransponível a novas idéias e soluções ou fronteira de raciocínio e inovação.

¹V. Alte (RRM) João Carlos Gonçalves Caminha, autor de *Delineamentos da Estratégia*.

Um dos fatores que mais faz evoluir a doutrina tática de uma operação militar é a inovação tecnológica. Ela provoca o surgimento de novos equipamentos cuja utilização correta poderá conduzir-nos à solução de problemas com maior probabilidade de acerto, com redução do nível de risco, por vezes economia de meios, maior eficiência e rapidez ou, até mesmo, à obtenção de resultados positivos para situações consideradas sem solução ou avaliadas como inaceitáveis.

Ultimamente temos apreciado o surgimento de algumas novas idéias para emprego em problemas militares de intervenção e projeção de poder formuladas nos EUA e apresentadas em revistas militares daquele país. Pretendemos equacionar alguns desses conceitos para facilidade de compreensão e divulgação mais ampla no meio militar.

PRÉ-POSICIONAMENTO

O conceito de pré-posicionamento de forças consiste em localizar equipamento em bases avançadas, para onde — em caso de concretização de uma hipótese de emprego de força — unidades e tropas serão movimentadas, seja por via marítima (*military sealift*) ou por meio aéreo (*military airlift*).

Esse conceito foi desenvolvido pelas Forças Armadas dos Estados Unidos como meio de possibilitar

o emprego de suas Forças de Intervenção, sem necessidade de organização de grandes comboios para transporte do material orgânico pesado dessa força.

Segundo alguns analistas, na Noruega, também chamada flanco norte da OTAN, localiza-se uma dessas bases de pré-posicionamento; outra base situa-se na Ilha de Diego Garcia, no Oceano Índico; e uma terceira, em Okinawa. Essas bases avançadas estocam equipamentos para forças a nível de uma Brigada Anfíbia de Fuzileiros (BAF).

A principal razão do pré-posicionamento é a existência das ameaças aérea e submarina soviéticas, capazes de efetuar oposição a uma Força-Tarefa Anfíbia em seu deslocamento.

Essa idéia não é nova. Em tempos mais antigos, alguns militares já haviam pensado nessa solução. Rommel, em suas operações no deserto, havia visualizado a possibilidade de enterrar material — principalmente munição e combustível — para suas forças, em locais onde pretendia retornar a operar, facilitando sua logística futura.

Todavia, na moderna versão militar americana, o pré-posicionamento implica a aquisição de unidades de transporte — navais e aéreas — com mobilidade suficiente para atingir a cena de ação de uma crise com rapidez. Para esse fim, no plano de construção de navios para esse emprego (*Maritime Pre-Positioning Ships Program*) vá-

rias unidades estão previstas. No entanto, no interregno de desenvolvimento e construção, o *Maritime Sealift Command* mantém afretados à Marinha Mercante dos EUA diversos navios, sendo que 13 deles estão sediados no sudoeste asiático, em Okinawa.

O conceito de pré-posicionamento pode ser analisado sob o foco dos princípios de guerra clássicos. Assim procedendo, veremos tratar-se de grande ênfase sobre alguns desses princípios: a *mobilidade*, inerente às forças navais; e a *prontidão*, requerida tanto da tropa e unidades empregadas como também do aprestamento de seu material orgânico.

Esse programa melhora as condições de emprego da iniciativa tática, pela economia de tempo auferida da desnecessidade de transporte do material pesado de uma Brigada em grandes comboios. Além disso, facilita o reposicionamento desse material quando alterações do cenário estratégico internacional recomendarem essa ação.

Entretanto, temos a considerar que, se em termos logísticos a função transporte será facilitada, no aspecto da função manutenção algumas dificuldades serão majoradas.

FORÇA DE DESLOCAMENTO RÁPIDO

Um segundo conceito a ser aqui analisado é o de Força de

Deslocamento Rápido (FDR). Esse programa, também americano, foi desenvolvido após a queda do Xá Reza Pahlevi, do Irã, e a invasão do Afeganistão pelos soviéticos. Nessas duas ocasiões, os Estados Unidos permaneceram imobilizados com dificuldades para uma intervenção militar eficaz. A partir de então, usando esses eventos como catalisadores, os Estados Unidos desenvolveram o conceito de Força de Deslocamento Rápido (*Rapid Deployment Force*) e de Força-Tarefa Conjunta de Deslocamento Rápido (*Rapid Deployment Joint Task Force*). Na realidade, as Forças de Deslocamento Rápido não passam de uma Força de Intervenção em prontidão, cujo poder de emprego dependerá de ordem direta do Presidente dos EUA, para utilização em crises e nos chamados "desequilíbrios da ordem pública mundial."

Para desenvolvimento das FDR, algumas premissas foram levantadas. Primeiramente, a FDR explora o conceito de Força em potência e o princípio da prontidão, aprestada para movimentar-se para o combate rapidamente. Em segundo lugar, a FDR deve possuir flexibilidade suficiente para adaptar sua composição aos requisitos de cada situação, absorvendo forças pré-posicionadas em bases avançadas, e/ou aerotransportadas para essas bases. Em terceiro, deve possuir mobilidade estratégica de forma a poder ser dobrada por plataformas aéreas ou navais. Em quarto lugar, deve es-

tar apta a ser empregada em qualquer clima e terreno.

As Forças de Deslocamento Rápido são compostas basicamente de:

— Forças Navais — grupos-tarefa aeronavais de ataque, de ação de superfície e anfíbios.

— Forças Aerotáticas — se disponíveis nas proximidades das áreas de operações, até o nível de grupo aéreo.

— Forças do Exército — divisões aeroterrestres e aerotransportadas.

— Grupos de Movimento — constituídos de meios aéreos e/ou navais oriundos do Comando do Transporte Aéreo Militar e do Comando de Transporte Militar da Marinha dos EUA.

As FDR, segundo as condicionantes estratégicas dos EUA, poderão ser empregadas em um leque amplo de situações. Precisam estar aptas a suportar, independentemente, um combate terrestre com duração de 30 a 60 dias; à distância de 50 a 100 milhas de um porto.

Para seu emprego, o binômio massa-velocidade deve ser sempre conjugado com ênfase na velocidade. Dessa forma, a mobilidade marítima avulta em importância, pois é o meio de transporte que melhor permite a combinação de massa e velocidade. Em recente estudo nos EUA, pelo *Military Traffic Management Command*, constatou-se que a 101ª Divisão de Assalto Aeroterrestre poderia estar pronta para entrar em combate, a uma

distância de 6 mil milhas de sua sede, se transportada por via marítima. Se utilizado o transporte aéreo, a divisão necessitaria de, pelo menos, mais 2 dias do que pelo meio marítimo. É óbvio, contudo, que haverá situações em que o transporte aéreo trará maior vantagem, na medida em que a distância até a cena de ação se encurte, quando o material orgânico pesado da tropa for bem reduzido, ou quando o volume da força de intervenção for a nível inferior a uma Divisão, isto é, Brigada, Batalhão ou menor.

Mais uma vez constata-se a ênfase dada aos dois princípios de guerra — *mobilidade e prontidão*. Além disso, pretende-se efetivar o emprego efetivo dessas forças, em locais selecionados, onde o inimigo estiver mais vulnerável, em ponto e hora escolhidos. Estaríamos, dessa maneira, também contemplando outros princípios clássicos de guerra, como a *concentração* e a *surpresa*.

Podendo a Força de Deslocamento Rápido ser uma das unidades da Força-Tarefa Conjunta de Deslocamento Rápido, constituída com unidades de diversas forças singulares, aflora a especificidade da correta avaliação do princípio do Controle. Requer a implementação desse conceito o pré-estabelecimento doutrinário de relações de comando, de forma a garantir unidade de comando, simultaneamente com descentralização de execução de ações, que, por sua vez, sejam controladas e coordenadas pelo escalão mais elevado.

CONCEITO DE BASE NAVAL MÓVEL

O advento do helicóptero e o desenvolvimento do seu emprego em operações de projeção de poder e manobra em terra surgiu na Guerra da Coréia. Já mencionamos aqui que as inovações tecnológicas trazem no seu bojo o embrião da evolução tática e, possivelmente, de novas cartas do jogo estratégico. Tal aconteceu com o helicóptero que, marchando numa sempre crescente utilização, vê-se hoje como elemento *sine qua non* dos novos conceitos de *Mobile Seabase* (Base Naval Móvel) e *Maneuver Style Warfare* (Guerra de Manobra).

O conceito de Base Naval Móvel foi desenvolvido pela Marinha dos EUA e contempla a possibilidade de um assalto anfíbio com forças de desembarque a nível de Brigada, com emprego maciço de helicópteros sobre uma área hostil, até uma profundidade de 50 milhas da costa. O apoio logístico será provido diretamente das plataformas navais. A cobertura aérea estará a cargo de aeronaves baseadas em navios-aeródromos e o apoio de fogo de baterias a grande distância em terra.

Dessa forma, o assalto anfíbio hoje coloca toda ênfase no emprego de helicópteros, utilizando as embarcações de superfície como meio complementar para transporte de material pesado e de grandes volumes.

Assim, juntamente com premissas antigas, novos fatores indis-

pensáveis à realização de uma operação anfíbia devem ser equacionados. Dentre os principais, citamos:

a) Superioridade aérea na Área do Objetivo Anfíbio (AOA);

b) Apoio aéreo partindo de navio-aeródromo;

c) Possibilidade de assalto e apoio logístico totalmente realizado por helicópteros;

d) Área de operações máxima de 1400km²;

e) Capacidade máxima de operações em terra, sem reconhecimento logístico, limitado a 60 dias;

f) Manutenção de nível de suprimento mínimo da tropa em terra por 2 dias;

g) Emprego de base de apoio ao combate e base de apoio de fogo;

h) Existência de comunicações em VHF confiáveis entre o Comando da Força de Desembarque e o Comando da Força-Tarefa Anfíbia a uma distância máxima de 25 milhas.

A base de apoio ao combate constitui-se na utilização de uma região com cerca de 60 mil m², onde uma área de apoio pode ser rapidamente montada e desmontada para apoiar a Idéia de Manobra em Terra (IMT). Suas tarefas são: o suprimento de munição para os helicópteros e a tropa; o reabastecimento de combustíveis para os helicópteros; o estabelecimento de posto de comando para o Comandante da Força de Desembarque; suprimento de gêneros, combustíveis, munição e material orgânico e não-orgânico das unidades, por

helicópteros; provimento de serviços de saúde. O fluxo logístico navio-base de apoio também será mantido por helicópteros. A base de apoio ao combate deverá localizar-se em área central à área de operações, onde possa ser apoiada e defendida por pequena fração de Batalhão que esteja em reserva e debaixo do guarda-chuva da base de apoio de fogo.

A base de apoio de fogo é um elemento-chave para o sucesso do *Mobile Seabase Concept*. Consta de uma posição de artilharia, defensável com um mínimo de infantaria, para apoiar a manobra de tropa helitransportada por tempo limitado. Normalmente, três bases são empregadas, posicionadas entre si dentro da distância equivalente a 1/3 do alcance de suas baterias, de forma a emprestarem-se apoio mútuo. O desenvolvimento dessas posições deverá ser feito por elementos de engenharia helitransportados.

Dentro do conceito *Seabase*, a Brigada será uma organização por tarefa, o que indica uma constituição variável com a situação, porém baseada nos seguintes elementos disponíveis:

- Um Batalhão de Comando;
- Um Regimento de Infantaria (com dois a quatro Batalhões);
- Um Elemento Aéreo (esquadrões de helicópteros e aeronaves de asa fixa AV-8);
- Um Grupo de Artilharia;
- Um Grupo de Apoio Logístico.

Os elementos hidrográficos de linhas de desembarque mostram

que apenas 17% das costas do globo terrestre podem ser assaltadas por meios anfíbios de superfície. Com a adoção do helicóptero, nenhuma costa é inexpugnável. Ademais, a vulnerabilidade corrente do movimento navio-para-terra é minorada em decorrência da redução do tempo destinado a esse movimento com o emprego do helitransporte.

O conceito *Seabase* pode, com certa dose de boa vontade, ser visto como uma evolução natural do Escalão do Mar, ao qual foram adjudicados novos e modernos meios de transporte.

GUERRA DE MANOBRA

Uma nova formulação militar foi desenvolvida pelo *Marine Corps* para utilização em tarefas de projeção de poder — *Maneuver Style Warfare* (Guerra de Manobra).

A idéia também não é nova. Baseia-se na exploração dos princípios de guerra do *objetivo e iniciativa*. Vemos ao longo da História Militar que alguns Exércitos e Armadas souberam explorar a aplicação de forças concentradas sobre pontos fracos do inimigo. Assim agiram Napoleão em suas batalhas; Nelson, em Trafalgar; a *Wehrmacht* na sua *blitzkrieg*; e assim procede, nos dias de hoje, o Exército israelense, por vezes contra um inimigo numérica e tecnicamente superior.

O ponto crucial desse conceito consiste na aplicação de força sobre o ponto fraco do inimigo — seja tal ponto físico, moral ou or-

ganizacional —, desorganizando-o e evitando sua coesão. A confusão estabelecida ao inimigo, mesmo que não cause sua aniquilação física, torna-lo-á incapaz de oferecer qualquer resistência efetiva.

O conceito de Guerra de Manobra foi analiticamente formulado como uma metodologia cíclica de decisão composta das seguintes fases: *observação, orientação, decisão e ação*. Em princípio, não parece muito distinto das clássicas fases do *exame de situação*, seguida da *implementação da decisão*.

Numa operação anfíbia, a maior exposição ao inimigo, verdadeiro calcanhar-de-aquiles, ocorre durante o movimento navio-para-terra (MNT). Nessa etapa do assalto anfíbio, o Poder Naval da Força-Tarefa Anfíbia encontra-se no momento de maior vulnerabilidade em face da proximidade do inimigo, enquanto o poder combatente terrestre parte de uma base zero até seu máximo planejado. Daí a necessidade de isolamento ou interdição das Áreas de Desembarque, com o emprego maciço de apoio de fogo naval e a vital manutenção de superioridade aérea e o indispensável controle da área marítima.

As relações de comando doutrinariamente praticadas procuram contornar a inefável vulnerabilidade da separação dos poderes combatentes naval e terrestre, nessa etapa da operação anfíbia, por uma maior integração dos sistemas de armas e agências de coordenação e controle dos apoios dos dois componentes da força, na busca de uma alavanca sinérgica.

O conceito de Guerra de Manobra, aqui apresentado, supera a necessidade do traçado da conhecida cabeça-de-praia e, em seu lugar, surge uma Área de Operações com 1400km², dentro da qual são estabelecidas zonas de responsabilidades táticas para forças de nível Brigada.

As zonas de desembarque de helicópteros são explodidas em múltiplos pontos de desembarque, de vulto Companhia, que são modificados constantemente de acordo com a evolução da situação tática.

Requer a implementação desse conceito uma perfeita integração entre os componentes naval e terrestre, com o correto entendimento da intenção e objetivo do Comando da Força de Desembarque de forma a melhor apoiá-lo.

Os Comandantes de fração da tropa terão maior liberdade de ação em suas áreas de responsabilidade, tendo como farol o objetivo operacional do Comandante da Força. Isto induz a considerar os objetivos geográficos, zonas de responsabilidade tática e outras linhas-limite de coordenação apenas como meios empregados para atingir objetivos operacionais mais importantes que possam causar — pelo movimento, fogo e ação concentrados sobre os pontos vulneráveis do inimigo — confusão, levando-os a uma desorganização permanente e imobilizando-os.

Considera-se a obtenção da surpresa estratégica meta difícil de ser atingida com os meios de esclarecimento existentes. Contudo, a surpresa tática pode ser atingida

pela movimentação constante, com velocidade, pelo emprego de fintas e demonstrações, pela locomoção e desembarque noturnos ou em baixa visibilidade.

A logística deve inteirar-se e integrar-se permanentemente à evolução da situação. O conceito de desenvolvimento de áreas administrativas e de apoio de praia é totalmente abandonado. Em seu lugar, os elementos logísticos atuam sob orientação operacional, com extrema mobilidade, para uma Guerra de Manobra, suprimindo os elementos de combate de gêneros, munição e outros recursos vitais, por pressão, isto é, sem qualquer requisição ou solicitação, em nível e frequência compatíveis com a intensidade de combate em que estão envolvidos em cada momento.

CONCLUSÃO

Após a leitura das novas idéias que foram aqui relatadas, constata-se que esses conceitos, apesar de descritos na maioria das revistas especializadas de forma separada, podem ser complementares. Seu emprego integrado maximiza a eficácia do emprego de forças anfíbias nas tarefas de projeção de poder. Assim, a Guerra de Manobra traduz a forma de emprego do componente terrestre das Forças de Deslocamento Rápido, que estariam pré-posicionadas. Por sua vez, essas forças procederiam dentro dos conformes explicitados pelo conceito de Base Naval Móvel.

Vê-se, ainda, que essas novas idéias exploram conhecidos e clás-

sicos princípios de guerra e, muitas vezes, baseiam-se em concepções e procedimentos renascidos (outrora comuns), agora implementados com recursos de moderna técnica e sofisticação.

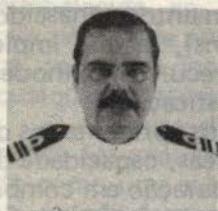
Os parâmetros apresentados de dimensões de áreas, capacidade de permanência e duração em combate e outros fatores logísticos foram extraídos das publicações que lastraram bibliograficamente este estudo. Obviamente retratam valores do cenário estratégico visto pelos norte-americanos e inerentes à sua capacidade militar.

Para adoção dessas idéias por outras nações são necessários estudos mais aprofundados de forma a condicioná-las ao contexto estratégico de cada país e suas possibilidades de emprego do Poder Militar.

A recente conquista argentina e posterior reconquista britânica das Malvinas, a invasão do Líbano por forças israelenses e o assalto à Ilha de Granada vieram reforçar a argumentação clássica naval da validade de uma nação dispor de meios anfíbios para projeção de poder.

Todavia, alguns pontos fracos no desenrolar de uma operação anfíbia são também reconhecidos. Assim, na medida possibilitada pelas inovações e desenvolvimento de equipamentos e sistemas de armas, procura-se fazer evoluir a tática do emprego das forças anfíbias de forma a reduzir os riscos a que normalmente estão expostas e torná-las mais eficazes.

Acredito ter sido esse o propósito dos formuladores dos novos conceitos retroapresentados.



O Capitão-de-Fragata Raymundo Sant'Anna Rocha possui Cursos de Guerra de Minas na Marinha do Brasil, dos Estados Unidos da América e da Alemanha; foi instrutor de Cursos de Guerra de Minas durante 4 anos e 6 meses na Força de Minagem e Varredura. Foi instrutor de Português, Manobras, Operações e Táticas na Academia Naval de Annapolis (EUA). Comandou o navio-varredor Aratu de abril de 1971 a agosto de 1973. Possui Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval. Serviu como Oficial de Estado-Maior da Força de Minagem e Varredura de 1966 a 1970 e de 1973 a 1974. É conferencista da ECEME, ECEMAR, do CEMCFA da ESG do assunto Operações Anfíbias. É instrutor da Escola de Guerra Naval, desde 1981, das disciplinas Operações Anfíbias e Guerra de Minas.